



CIEA7 #1:

GUARDIANES DE LA HISTORIA Y DE LA MEMORIA: 'TRADICIONES',
COLECCIONES Y OTRAS MANIFESTACIONES (IN)MATERIALES DEL PERÍODO
COLONIAL.

Cátia Miriam Costa[©]

catia_miriam1@hotmail.com

Da Etnicidade do Simbolismo:

Três olhares sobre a etnia Kuvale

A etnia kuvale para além de observada e estudada do ponto de vista antropológico constituiu e constitui um elemento importante na construção da memória e identidade angolanas, sendo transversal ao período colonial e pós-colonial. Através de três olhares antropológicos, de Augusto Bastos, Pepetela e Ruy Duarte de Carvalho, reconstruiremos esse simbolismo e a actualidade do mesmo, percorrendo o caminho que medeia entre a recolha etnográfica (muitas vezes com base na compilação de relatos orais) e a sua exposição sob a forma da palavra escrita.

Identidade, Memória, Literatura, Kuvale.

[©] Universidade de Évora.

A etnia Kuvale tem-se caracterizado por uma certa vivência marginal relativamente ao poder político, tanto no período colonial como no pós-colonial. Com uma tradição pastoril arreigada, encontram-se poucas descrições sobre o seu modo de vida, exactamente porque se foram sempre colocando na orla da construção identitária, primeiro do espaço colonial denominado Província de Angola, e, depois, do tecido nacional angolano, isto é, enquanto comunidade culturalmente definida com práticas sociais próprias nunca se integrou verdadeiramente no trajecto de modernidade que foi sendo traçado na geografia angolana. Sem acesso às fontes documentais históricas e sem produção documental (escrita ou iconográfica), validada pela historiografia de carácter positivista, que dominou durante a maior parte do século XX, resistindo às investidas da nova história e da história com uma perspectiva humanista e de alguma antropologia e sociologia mais criativas, a etnia kuvale, como tantas outras, aparece envolta num certo emudecimento. Silêncio adensado neste caso, pela sua vivência de outsider mesmo que no seio de uma perspectiva de construção unitária de um poder que se reclamava moderno e em ruptura com os poderes tradicionais. Este silêncio histórico abriu portas a outros caminhos e, igualmente, permitiu que se fosse cristalizando na memória colectiva do espaço unitário – Angola – uma visão dos kuvale enquanto outro, se bem que sendo naturais do próprio país e ali vivendo desde que a etnia se identifica enquanto tal.

Duas tendências surgem, então, relativamente aos kuvale: por um lado, a ideia de estaticismo junto dos estudiosos e da sociedade angolana, colonial e pós-colonial, em geral, derivada do facto de toda a sua sociabilidade se desenvolver enquanto factor externo à construção da geografia política angolana, centralizada em Luanda; por outro lado, não existindo o registo de documentos através da escrita ou iconografia, os kuvale seriam um povo sem história e cuja memória oral não serviria para construir um estudo objectivo; o curso unidimensional e unilinear da história, como sucessão cronológica de acontecimentos não permitia abarcar uma história que aparecia como quase paralela àquela que era a dominante, a necessária unidade diacrónica seria afectada na sua lógica se anacronicamente se introduzissem elementos marcadamente difusores face à unidade pretendida. Nesta concepção linear da história, estabelecida com base em relações de causa/efeito claras, em que o relato dos feitos, que deveriam marcar a construção identitária, não poderia abarcar grupos populacionais que quase aparecessem como a antítese do herói, construtor de uma sociedade integrada, por serem rebeldes ou simplesmente mostrarem o desejo de não se integrarem nessa realidade construída paulatinamente.

Assim, vemos em toda a historiografia ocidental do século XX variações em torno do herói, fruto do discurso dominante, pretensamente histórico, que constitui a base da construção identitária de vários povos. Esta tendência para a identificação do herói que deseja o progresso e por este luta, automaticamente, cria uma série de excluídos que, por incapacidade, desconhecimento ou vivência nas trevas se mantêm como figura passiva. É assim que ainda hoje Martin Dugard, num livro de grande sucesso no mundo anglo-saxónico, tenta demonstrar como Livingstone e Stanley contribuíram para que o mundo visse com outros olhos, os destes famosos “exploradores”, a África e os seus habitantes. Enquanto os portugueses e os árabes teriam ido atrás do tráfico de escravos e do lucro, estes homens iam tornar conhecido o mundo indómito e desconhecido. A geografia precisa de ser cartografada pelo colono, pela potência colonizadora, pelo cientista que detém o conhecimento positivado, e os povos residentes nessa geografia ou daí originários, também eles passivos, mas mais do que à espera de serem compreendidos ou estudados, estes esperam o advento civilizacional, então a obrigação deste herói não é estudar o outro, mas torná-lo igual a si em termos de aspiração de futuro e modernização da sociedade ou, no mínimo, integrá-lo na sua visão do mundo.

Igualmente, em Portugal e nas suas colónias, o herói mais representado é o de origem portuguesa, embora, raras vezes, apareçam figuras locais que ganharam notoriedade ou foram determinantes na fixação da soberania portuguesa. Contudo, o seu culto é tardio e faz-se acompanhar já de uma técnica propagandística que recorre a vários tipos de discurso, aproveitando o discurso oral e gestual, directo e típico das cerimónias, até à iconografia. Na verdade, procurava-se construir símbolos inequívocos da criação de um novo espaço que seria de todos e para todos, pelo menos teoricamente, mas no qual algumas etnias pareciam recusar-se a entrar. Assim, sendo a barreira de silêncio em seu torno, calava a escrita da história e fazia surgir outros discursos, pois o discurso histórico não podia basear-se em factos inexistentes e limitava-se a relatar uma série de batalhas, conducentes à fixação da soberania portuguesa. Como falar de um povo que mesmo derrotado nunca se integrou na soberania política portuguesa e duvidou daquilo a que se chamou construção nacional do Estado? O silêncio a que a história remeteu os kuvale, tornando-os em mucubais, levando a que a colectividade assim os memorizasse e identificasse, foi recíproco, pois também os kuvale se limitaram a levar por diante histórias silenciosas e incontáveis fora do seu perímetro social.

Todavia, discursos mais plásticos que o histórico e confluindo várias percepções discursivas, entre estas a etnográfica e a histórica, trabalharam sobre o

silêncio dos kuvale, produzindo imagens e discursos de fora para dentro. Assim, encontramos três autores que escrevem sobre os kuvale, um no período colonial, os outros dois no período pós-colonial, dois escrevem ficção e um outro uma narrativa de características literárias pela preocupação estética que apresenta. O discurso é marcadamente literário, as intenções de cada um dos autores bem diversas, mas na verdade todos vêem o kuvale como o outro, sabendo, contudo, individualizar e nalguns casos assumindo a personagem kuvale o papel de herói, se bem que secundário. Se a capacidade de individualizar o outro existe, a percepção de que ele está do outro lado igualmente está presente. Deste modo, veremos como três olhares diversos sobre a etnia kuvale nos mostram como esta foi simbolizando, em diferentes momentos, conceitos específicos e como estes mudaram de acordo com a construção política do país e a edificação de uma memória colectiva. Augusto Bastos, Pepetela e Ruy Duarte Carvalho dão-nos o mote para este estudo. Começemos.

LITERATURA, MEMÓRIA, IDENTIDADE E SIMBOLISMO

Iuri Lotman apresenta o livro como guardião da memória, funcionando como um sistema de armazenamento que historicamente é revelada a cada indivíduo da comunidade, contribuindo para a construção da denominada memória colectiva. Para tal, serve-se de símbolos reconhecidos pela comunidade ou que esta apresenta predisposição para aceitar, mesmo que, em alguns casos, possa parecer que contrariam o conceito inicial. O livro apresenta-se como elemento dinâmico num processo de contínua edificação da memória colectiva que sofre ajustes, reinterpretações, ou seja, não é constante e estável como poderia parecer à primeira vista. Sendo a memória colectiva a base da cultura que a comunidade partilha, esta como elemento não hereditário tem de ser ensinada às gerações vindouras, ajustada às transformações que vão ocorrendo no domínio do conhecimento, da crença, etc, portanto revelando uma dinâmica própria. Quando se pretendem criar elementos novos no seio da cultura ou mesmo apresentar uma cultura como nova, tem de se atentar nos conceitos que poderão ser absorvidos e ensinados pela sociedade que está em relação com a memória, daí que surjam projectos como a construção do homem novo que acabaria com todas as injustiças até então verificadas.

Ora quando Lotman nos fala no livro, reduz bastante o espectro da palavra e até mesmo da escrita, podendo aqui o próprio livro simbolizar o folhetim, o folheto, o

jornal, ou seja, todos os materiais impressos que no século XX foram sendo os veículos da cultura no mundo que conhecia a escrita e a utilizava para a fixação da memória e para o seu ensinamento. Assim sendo, podemos extrapolar o “livro” para todo o material impresso que serviu para fixar as prescrições culturais que foram sendo disseminadas. Os autores que pretendemos estudar utilizaram veículos diferentes, mas todos impressos. Se Augusto Bastos se fica pelo folhetim, muito popular na época em que escreveu (1919), Pepetela (1983) e Ruy Duarte Carvalho (1997) usam o livro para apresentar os seus discursos. No entanto, todos fazem uso da palavra escrita e da simbologia que conhecem e que reconhecem que provocará efeito nos seus leitores, também, eles diferentes, mas todos com capacidade de leitura e com uma aprendizagem segundo os cânones ainda herdados do positivismo académico. Deste modo, os aspectos determinantes são o conteúdo e a estética utilizadas e o simbolismo que se cria a partir daí, mais do que o tipo de suporte da publicação.

Nas sociedades em que a escrita é conhecida e acessível a parte considerável da população, o papel do texto escrito é determinante não só no que respeita às publicações impressas como também no que concerne à fixação de marcos junto de monumentos ou espaços considerados fundacionais ou representativos de determinada realidade, daí a profusão de lápides, inscrições em monumentos, etc., tratando-se neste caso de uma escrita positivada, isto é, reportando-se a factos e datas precisas. No que toca ao texto publicado ou aos discursos proferidos (na maioria dos casos, criados em papel para serem lidos em público), os tipos de discurso variam, entrelaçando-se em muitos casos, apesar de uns poderem ter uma finalidade formativa, como o de pendor pedagógico, um objectivo ideológico, como o de carácter político, um fim histórico, como o pronunciado na comemoração de um feito. O discurso literário pela sua plasticidade e liberdade criativa pode associar todos estes discursos e criar sobre a realidade, antecipá-la quando propõe novos símbolos ou interpretações, mudar a visão sobre esta, escondendo-se por detrás da verosimilhança...

Deste modo, o discurso literário, colocado em livro, em folhetim ou em opúsculo, contribui para a construção da cultura, ou seja, da memória colectiva, fixando uma identidade, com recurso aos símbolos que a sociedade reconhece, trabalhando-os e dando-lhes, por vezes, novas feições. Com o recurso a uma língua que a comunidade leitora entende, respondendo à expectativa que o público leitor vai formando, adaptando-se ao seu gosto, o autor consegue, através da estética inerente ao discurso literário, conduzir o leitor por caminhos até então insondáveis e que o

próprio leitor por vezes nem se apercebe... O discurso literário, nos casos em estudo, permite que o leitor experimente algo que ainda não faz parte do seu quotidiano, pois, vejamos quantos leitores já puderam interagir com um membro da etnia kuvale? Contudo, a partir da leitura destes textos ficarão com a impressão que conhecem algo sobre as vivências desta população e, provavelmente, até se sentirão capazes de emitir juízos de valor sobre a sua cultura, enquanto outros conhecidos e próximos do nós.

O tal entrelaçar dos discursos ajuda a essa leitura do texto, por exemplo, Augusto Bastos ancora a sua ficção na realidade, recorrendo ao discurso histórico e ao discurso pedagógico, mas tendo, igualmente, fins políticos, propondo uma fórmula para a construção do espaço colonial angolano; Pepetela recorrendo sempre do discurso literário, introduz elementos produzidos pelo discurso histórico e antropológico, não se furtando à introdução de pequenas notas explicativas que reflectem também um carácter pedagógico e orientador para a acção política, com base na apresentação de uma dicotomia entre o nós e o outro, em que o narrador é parte do nós, da cultura escrita, mas reconhecendo as injustiças feitas ao outro. Ruy Duarte de Carvalho expõe um discurso antropológico recorrendo à estética literária, ilustrando profusamente o conteúdo, num diálogo constante com o leitor, em que ele é o narrador que apresenta as provas do seu estudo, mas que também questiona as memórias, os métodos e os relatos que a cultura escrita impôs à cultura oral, tanto no pré com no pós independência, partindo de gravações próprias que teria feito para deixar a um amigo, ou seja, do oral para o escrito, querendo mostrar verdadeiramente como eram as populações pastoris. Cada um com os seus objectivos, criam discursos alternativos ao discurso positivado, esquecido das memórias orais, inapto para relatar o outro sem que ele esteja em nós... Vejamos, agora, como foram desenvolvidos esses olhares antro-po-literários que contribuíram para a construção de uma memória colectiva e de uma identidade partilhada.

OLHARES ANTROPO-LITERÁRIOS

Se os três autores têm conhecimentos etnográficos que podemos atestar através das narrativas que produziram, é certo que dois deles foram mesmo estudiosos da etnografia: Augusto Bastos, enquanto auto-didacta, mas entendido não só nos dialectos locais como nas tradições populares das etnias do então distrito de

Benguela, Ruy Duarte de Carvalho como especialista em ciências sociais que tem desenvolvido um vasto trabalho sobre as etnias angolanas e fronteiriças ao território angolano. Embora todos se sirvam do discurso de características literárias para os seus textos, na verdade, somente dois são ficções, sendo o terceiro uma narrativa que o autor poderia ter optado por apresentar sob a forma de ensaio, o que prova a proximidade e as possibilidades que a relação entre discurso literário e discurso antropológico pode prover aos autores, permitindo soluções diferentes para a narrativa de histórias, mais apelativas para o leitor; aliás, actualmente, a antropologia faz uso da narrativa, esteja esta consignada oralmente ou registada em escrita, como fonte de informação, numa perspectiva humanista que se distancia do positivismo que caracterizou as mais antigas recolhas históricas e etnográficas. Considerando esta lógica, é fácil compreender-se a escolha do discurso literário para expor a própria reflexão do autor sobre determinados aspectos da realidade e, mais, transmiti-los ao leitor de modo a que este possa partilhar a sua visão sobre o passado, o presente e o futuro da sociedade angolana. Nos três casos, é visível uma preocupação de levar o leitor a raciocinar com o autor e a tomar parte na narrativa que vai sendo apresentada pelo narrador, de modo a que no final tenha uma opinião formada sobre os conteúdos expostos. Augusto Bastos apresenta uma aventura (a caçada) com raízes no passado, relacionadas com a ocupação de Moçamedes e de Capangombe, nunca fornecendo datas precisas; na realidade, pretende actuar sobre o presente e o futuro, defendendo uma aliança entre colonizador e colonizado, simbolizada no jovem Nestor (de origem portuguesa) e no jovem Cangombe (apresentado como mucubal), que se pretende aplicável no presente e no futuro. Pepetela demonstra a intenção de contar o passado para que o leitor perceba e construa o presente; a sua narrativa termina com a obtenção do objectivo político maior – a independência – que teria resultado dessa luta de oposições de culturas, de opressões continuadas, personalizadas no colonizador – família Semedo – e no colonizado – mucubais ou kuvale, agora tinha chegado o tempo de construir a nacionalidade que, apenas, por intromissão e incompreensão colonial tinha ficado retalhada, com base no constante apoio aos conflitos inter-étnicos. Ruy Duarte Carvalho parte do presente, expondo modos de vida, percepções, simbolismos, em que assume a posição do estudioso, externo ao seu objecto de estudo, mas tentando apresentá-lo tal como é e mostrando, igualmente, como é visto.

Os três autores, recorrendo ao exotismo que os kuvale, como povo cujas história e cultura são desconhecidas, representam junto dos leitores, maioritariamente gente citadina, educada como estrangeirada ou segundo moldes educativos de outros países (mesmo que em território nacional), aguçam a curiosidade em torno de tão

estranhos elementos, mas subvertendo a lógica e destruindo esse mesmo tom de singularidade quando tornam os kuvale humanos, iguais às outras personagens que povoam a narrativa. Assim sendo, se o apelo à leitura é o mostrar o outro, enquanto elemento de alteridade, que Said denominou orientalismo, na verdade, o conteúdo transforma-se na explicação do outro, enquanto um possível nós, mesmo que o autor, também ele, lhe seja estranho e marginal. Se existe exterioridade face ao elemento kuvale, esta também existe em relação às outras personagens ou indivíduos (no caso de Ruy Duarte de Carvalho), só que com caracteres de identificação que os tornam mais próximos que os referidos kuvale. Assim, não estamos perante narrativas eivadas de orientalismo, sobretudo, porque não é a imagem apenas colectiva que se pretende dar, aparecendo a intenção de expor o indivíduo enquanto actor na narrativa. Apesar disso, não deixa de existir uma exterioridade real face à etnia apresentada, tanto em termos humanos como espaciais, já que o espaço geográfico kuvale é também este singular e fortemente associado à sua cultura e identidade fundadoras.

Partindo do referido interesse do leitor urbano pelo diferente, os autores expõem um povo obscuro, uma cultura ignorada e uma geografia desconhecida ou pouco conhecida, tendo, no entanto, o cuidado de tornar a narrativa verosímil aos olhos do leitor, introduzindo-o, então, numa lógica diacrónica dos acontecimentos, demonstrando-lhe como o processo de relacionamento entre o nós e esse outro se foi processando, porque o autor está do lado de cá, do lado dos que dominam a escrita e acedem à fixação da história, da memória, da cultura, logo da identidade.

No caso das ficções, Augusto Bastos e Pepetela criam um mundo possível, com traços de verosimilitude, facilmente identificáveis para o leitor. Nas suas narrativas quem é o kuvale? É o indivíduo identificado como mucubale, nos meios urbanos que viva nos sertões para onde se foi expandindo a colonização. Conhecendo como ninguém o seu espaço, desenvolvia com este uma relação de harmonia, mas também de domínio... O seu encontro com o colonizador era ocasional e nunca fruto da sua vontade, ou seja, a situação de encontro era sempre fortuita. Ancorando as suas ficções na realidade ambos os autores procuram acontecimentos históricos para recheiar a sua narrativa, incrementando o seu grau de credibilidade. É a partir de aqui que se possibilita a integração da experiência da leitura do texto na experiência de vida do leitor, porque este parte de algo que lhe parece possível no mundo real e a partir daí está possibilitado não só de acompanhar a narrativa como de partilhá-la. Ao fazê-lo compartilha da lógica do autor que o leva a conhecer outras realidades e desse modo incorpora na sua experiência de vida, porque consegue desmontar todos os conceitos e simbologias, e integrar aquele novo conhecimento. No caso da narrativa

de Ruy Duarte de Carvalho, baseada na sua própria experiência, enquanto investigador académico, a verosimilhança é assegurada pelo relato em si, com referências sociais, antropológicas e históricas factuais, facilitando que o leitor a agregue como conhecimento adquirido do real. Também para Ruy Duarte de Carvalho, o kuvale tem uma identidade própria, num constante relacionamento com a natureza envolvente e com os vários grupos culturais em seu redor; para si é sempre kuvale, para a maioria dos seus leitores é ainda o mucubale ou o desconhecido, e, por isso, ele desmistifica, indo ao passado longínquo, como, por exemplo, às figuras bíblicas de Abel e Caim para demonstrar como as populações pastoras sempre foram de algum modo marginais no processo de sedentarização das comunidades e de estabilização e centralização do poder político. Analisemos, agora, individualmente cada um destes olhares.

DO MUCUBAL AO KUVALE

Passamos agora à análise de cada um dos autores e das suas obras: a colecção de aventuras *A Vida nas Selvas* de Augusto Bastos, editada em 1919, em Benguela, no formato de folhetim; *Yaka* de Pepetela, publicado em livro em 1988 e acabado de escrever em 1983, em Luanda, e *Vou lá visitar pastores – exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997)* de Ruy Duarte Carvalho, com um relato do próprio resultante do seu trabalho de campo entre 1992 e 1997, editado em livro em 1999, em Lisboa. Três cidades diferentes, três datas distintas, três autores, uma mesma etnia em foco – a kuvale. No entanto, veremos como no tempo colonial esta etnia foi denominada mucubal e assim vulgarizada junto da população que estava directamente incluída no plano de modernização social e na construção das estruturas coloniais e, posteriormente, do estado angolano. Se em Augusto Bastos encontramos apenas a designação mucubal, Pepetela já refere o facto de os mucubais gostarem de ser chamados kuvale, reconhecendo a sua identidade cultural para além da construção do espaço colonial angolano, e em Ruy Duarte de Carvalho encontraremos apenas kuvales que no imaginário colectivo angolano urbano ainda persistem ligados à ideia de mucubal, isto é, da comunidade que nunca se integrou no plano de construção de uma província e, posteriormente, de um estado moderno, por falta de vontade. Nos três autores encontramos o silêncio acerca dos kuvale preenchido por diferentes interpretações e estratégias de conquista do leitor

para os seus objectivos, simbolizando o mucubal ou, melhor, o kuvale a coragem, o conhecimento da natureza e o elemento de alteridade à construção colonial e depois à construção nacional, apesar de, afinal, ser parte do nós.

Augusto Bastos e as aventuras no sertão angolano

Augusto Bastos escreve a colecção *A vida nas selvas* de que são conhecidos apenas dois volumes, mas contendo características particulares e que nos permitem desenvolver uma análise profunda não só sobre a obra em si como sobre o panorama literário angolano, se assim o desejarmos. Convém explicar que Augusto Bastos é um autor angolano, nascido em Benguela nos anos 70 do século XIX, mestiço, filho de um comerciante português e de uma angolana cuja origem aparece como indeterminada (não sabemos se seria do sertão, se da cidade de Benguela), existindo apenas a referência no registo de baptismo do autor que sua mãe seria negra. Augusto Bastos foi educado em Portugal a partir de tenra idade e chegou aos estudos superiores, não os tendo completado. Regressou a Angola, vivendo sempre entre Benguela, Catumbela e Huambo, fazendo viagens temporárias a Portugal. Os conhecimentos que tinha das línguas locais, a mobilidade de que dispunha, mesmo em termos profissionais, permitiram-lhe conhecer bem as populações de toda a zona centro, acompanhando o processo de fixação da soberania portuguesa. Assim se explica que tenha escrito e publicado ensaios de carácter etnográfico, referimo-nos a *Traços Geraes sobre etnografia do districto de Benguella* (Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1908), *Monographia da Catumbella* (Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1912). Desenvolveu uma importante actividade cívica com participação em vários jornais. A sua estreita relação com o jornalismo e os periódicos mais lidos na cidade em que vivia, além de torná-lo conhecedor das sensibilidades e gostos do público, permitiram-lhe penetrar nos meios de publicitação das edições que efectuou que terão sido decisivas para a sua aceitação junto do público.

Com esta apresentação torna-se mais fácil entendermos como Augusto Bastos decide criar esta colecção de aventuras no sertão para publicação em folhetim. Escolhe para heróis duas personagens jovens: Nestor, de origem portuguesa, descendente de uma família oriunda do Brasil e que tinha vindo para Moçâmedes estabelecer-se, portanto, identificando-se o leitor urbano benguelense com esta personagem, quase sua conterrânea, porque assumindo um papel idêntico ao seu, o de colono (lembramos que a elite mestiça, apesar de filha da terra, culturalmente identifica-se muito mais com este segmento da população do que com a população colonizada, usada, sobretudo, como mão de obra): Cangombe, mucubale, caçador,

vivendo no sertão à parte do mundo colonial. Ambos são apresentados como corajosos, com valores éticos de solidariedade humana, inteligentes e lutadores, sendo que o desafio é o domínio da natureza selvagem e indómita. Portanto, a relação colonizador/colonizado também é bem conhecida do potencial leitor.

Concentremo-nos no jovem Cangombe, mucubal, caçador experiente, inteligente, dócil e humano. Contrariando a ideia do selvagem, o jovem mucubal é apresentado ao leitor como alguém capaz de acompanhar e até proteger dos perigos o jovem de etnia portuguesa. Indo mais longe, o autor introdu-lo no início da narrativa e coloca-o como convidado na casa dos colonos, com estes partilhando a mesa, o serão (quando lhe são contados os feitos dos portugueses) e ali ficando a pernoitar. No início da narrativa, a única referência ao jovem mucubal é esta mesma, ou seja a sua identidade étnica acompanhada de uma referência à sua idade, demonstrando apenas como este se integrava bem no seio da família colonial, enquanto companheiro de aventura do jovem de origem portuguesa. Apesar de logo no início a personagem mucubal aparecer individualizada ainda está desprovida de denominação, começando, no entanto, a serem dadas pistas sobre o seu carácter, pois para a família de Nestor é apenas um jovem mucubale. Só com o correr da narrativa e durante um diálogo entre Nestor e Cangombe, sabe o leitor o seu nome. Enquanto que Nestor é apresentado logo com nome, com indicação da sua ascendência, portanto com uma identidade individual e colectiva, o jovem mucubal é antes apresentado anonimamente. A sua história de vida fica por desvendar, apesar de não ser essa a intenção do autor que revela no próprio texto o intento que Cangombe teria de contar mais adiante a sua triste história, pois teria perdido toda a sua família, pensamos nós que Augusto Bastos a estaria a guardar para um próximo fascículo.

Passemos à leitura do texto e às características do leitor das aventuras. É um leitor urbano, residente em Benguela ou nas povoações limítrofes, alfabetizado, tem uma cultura média para a época, poucos terão uma educação superior, desconhece o sertão, vê as populações pastoras que são descritas pelos comerciantes do interior como selvagens e capazes de qualquer coisa para impedir os colonos de chegar às riquezas do território, sabe, com base numa narrativa patriótica, das dificuldades de penetração para o interior, ouviu falar de alguns conflitos que, não raro, envolveram a morte de compatriotas, contudo tem desejo de aventura, a caçada aparece-lhe como um tema exótico e ansiado, representando, também esta, a prova do domínio do homem sobre a natureza. Para si o outro, o que desafia os portugueses, é um outro colectivo, como se todos fossem iguais e apenas capazes do mesmo. Augusto Bastos pega numa personagem, oriunda de uma das etnias que mais problemas tinha

causado aos portugueses na sua penetração para o interior, recusando trabalhar para o colono, integrar-se no seu tecido económico, afastando-se dos centros irradiadores do poder moderno para poder manter o seu modo de vida, e humaniza-la aos olhos do seu leitor. Claro que o processo tem de ser um crescendo, ou seja, o leitor começa por acompanhar a aventura, embrenha-se na caçada e quando já está a ser levado pela narrativa aceita conhecer este indivíduo chamado Cangombe que salva a vida ao jovem colono.

O mucubal torna-se indivíduo, com carácter, com capacidade de participação plena na narrativa, compartilhando a mesma acção e sendo determinante para esta. De toda a forma, não nos enganemos, o papel de líder está consignado a Nestor que apresenta a Cangombe todas as vantagens das técnicas portuguesas, como o montar, o ter bom armamento, etc.. De toda a forma, ao fazer do mucubal um parceiro do colono, Bastos está a conceder-lhe um novo papel social, se bem que utópico. Está a integrá-lo no universo do colono, está a anunciar a possibilidade de uma colaboração entre colonizador e colonizado, incluindo as etnias consideradas mais rebeldes e adversas à presença portuguesa. A liberdade e entrosamento com a natureza que o mucubal representa, vivendo no sertão, conhecendo bem o território, são tidos como elementos que contribuem para o conhecimento e para o domínio do espaço e da natureza, adiantando-se, ainda, outra hipótese, a de que uma eventual aliança entre colono e mucubal (que no fundo simboliza todos os povos rebeldes) poderia estar na base do desenvolvimento da colónia e que se, os mucubais, tal como o jovem Cangombe, conhecessem a história e o que levou os portugueses a ali se fixarem sentir-se-iam compelidos a integrar essa nova realidade.

Na verdade, servindo-se dos dados históricos e de algum conhecimento etnográfico, Bastos consegue traçar um perfil à sua personagem diferente daquele que o leitor esperaria, dando contornos muito particulares à aventura que descreve, protagonizada por dois jovens (certamente simbolizando o futuro), em que a cooperação é o elemento mais forte e em que o mucubal perde o selo de ladrão e de rebelde, muito comum na sociedade colonial que o desconhece e apenas ouve falar dele quando se trata de confrontos com os colonos, em que o mais memorável é sem dúvida o de Capangombe, para adquirir o carácter de corajoso e solidário. Se a introdução do dado histórico e etnográfico solidifica a verosimilitude da narrativa perante o leitor, o discurso desprende-se desse realismo aparente, apesar de a personagem Nestor ter existido na realidade, mas essa é a verdadeira possibilidade do discurso literário: construir em torno da realidade um mundo possível, isto é, uma ficção como alternativa à realidade, mantendo as características de verosimilhança.

Assim sendo, Nestor pode colaborar com Cangombe, o herói anónimo, o tal de que os relatos oficiais não falam e que a historiografia positivada silencia. É nessa liberdade de criação e recriação da história que Bastos giza o seu plano narrativo, colocando em Cangombe um símbolo de humanidade até então impensável para o leitor que, neste caso, o aceita e, provavelmente, até aprecia.

Todavia, Augusto Bastos apresentando uma perspectiva indubitavelmente tributária do facto de ser um filho da terra, não vai para além de uma visão limitada do mucubal que é reconhecidamente originário de uma etnia com cultura própria, mas que é sempre visto a partir do olhar do colono. Nunca existe ali um jogo discursivo que nos proporcione um momento auto-identitário. Se a etnia portuguesa vê contada a sua história, os kuvale são apenas identificados como mucubais, representando, contudo, um grande passo a sua inclusão na narrativa, sobretudo, com uma personagem com um papel de herói e determinante para a prossecução da estória, pois significa que o silêncio face ao outro, ao que não domina a produção documental, é quebrado.

Pepetela: do espaço urbano ao sertão

Pepetela, pseudónimo de Artur Pestana, nasce em Benguela, em 1941, de ascendência portuguesa, apesar de seus pais já serem naturais de Angola, no seio de uma família de colonos. É, também ele, um filho da terra. Fez o ensino básico e secundário em Angola, tendo vindo estudar para Lisboa aquando do seu ingresso no Instituto Superior Técnico. É em Lisboa e através da frequência da Casa de Estudantes do Império que diversifica os seus conhecimentos sobre os movimentos de libertação nacional, conhecendo líderes das outras colónias portuguesas e solidificando relações com intelectuais angolanos, também eles opositores ao regime colonial português. De Portugal passa a França e à Argélia, fugindo à perseguição política que lhe era movida desde a sua adesão às ideias do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola. Regressa a Angola, exerce funções pedagógicas e desenvolve uma forte actividade cívica, sobretudo, através da colaboração com instituições culturais. Nos anos 90 do século XX, muda-se para Portugal, aí ficando a viver. O seu percurso político marca a sua escrita, tanto na formação utópica e na exposição da luta, como na assumpção da decepção com um projecto que não correspondia às suas expectativas. Yaka ainda se reporta ao tempo do sonho que expia as injustiças do passado e abre a todos um futuro promissor.

Yaka é uma narrativa que nos conta um percurso colonial, em que acompanhamos o estabelecimento de uma família de colonos e a sua relação com o espaço envolvente. Começando em Moçamedes, passando por Capangombe, na

verdade, a maior parte do romance desenvolve-se na cidade de Benguela. As personagens que dão alento à história são as que constituem a própria família (Semedo), secundariamente aparecem outras personagens tipificando as variantes mais habituais entre a comunidade citadina. Os mucubais ou kuvale, designações com que aparecem na narrativa, também acompanham o desenrolar da ficção, mas como se fossem paralelos a esta, isto é, lhe fossem externos, aparecendo numa lógica de contraposição e assumindo o papel do colonizado que nunca o quis ser. Pepetela simboliza, então, no kuvale o papel de rebeldia face ao colonizador, no sentido em que quer preservar a sua cultura, representando o testemunho da opressão que o colono exercia sobre as populações locais, obrigadas a resistir à injustiça, patenteada no roubo das terras, no intolerância cultural e na perseguição. Nesta lógica de oposição, é impossível qualquer entendimento, porque o que o colono deseja é apossar-se das terras e do gado, se bem que, por vezes, aproveitando actos belicosos ou pouco amistosos dos ditos kuvale.

Vejamos agora como Pepetela trabalha o simbolismo relativo aos kuvale. Escrevendo para um leitor urbano, desconhecedor da cultura desta etnia, Pepetela vai explicando em notas quem eles são. Se na página 13, introduz uma nota explicando a sua origem como sendo parte do grupo maior dos Herero, vivendo no sul ocidental de Angola e sendo essencialmente pastores, na página 14 explica que mucubais é a corruptela portuguesa para o povo kuvale, pois as suas personagens, fazendo parte do universo colonial assim os designam. Chega mesmo a falar em mucubais e em seguida dizer que estes gostam de se auto-denominar kuvale (atentemos que a grafia ainda não é como a actual, ou seja, a própria grafia ainda aparece aportuguesada; lembremos, igualmente, que o texto é terminado em 1983, passados apenas 8 anos sobre a independência), portanto, Pepetela, já demonstra uma preocupação com a auto-identidade das personagens kuvale, tendo a preocupação de denominá-las, ou seja, de demonstrar que possuem uma personalidade individual, mas curiosamente estas parecem corporizar a colectividade, no sentido, de serem exemplificativas de uma cultura e de um modo de vida. Assim sendo, embora agindo como indivíduos, agem em nome de um grupo familiar e étnico e em oposição ao colono, invasor do seu espaço e da sua identidade.

Tal como aconteceu com Augusto Bastos, também Pepetela recheia a sua narrativa com dados do discurso histórico e do discurso antropológico, mas se no primeiro caso o transforma em discurso literário, no segundo introduz notas explicativas de carácter antropológico, atestando o seu conhecimento de facto sobre aquela população e introduzindo o leitor nesta realidade, sendo que também

transforma parte do discurso antropológico em discurso literário quando introduz os dados da vivência quotidiana kuvale na narrativa. As notas, indubitavelmente, solidificam a verosimilitude da narrativa perante o leitor, o curso histórico tão bem trabalhado e definido assegura uma lógica discursiva que vai conduzindo o leitor até à independência nacional, momento a partir do qual poderiam ser corrigidos todos os erros e injustiças, portanto, é visível no texto um forte empenho ideológico e didáctico, no sentido de conduzir o leitor a reflectir sobre o passado e, sobretudo, a entender o presente como uma forma não só de libertação como de concretização. Os kuvale simbolizam, então, a repressão que as culturas e saberes autóctones tinham sofrido, o despotismo colonial, o desrespeito cultural, porque eles eram os que tinham resistido, mesmo em condições adversas, mesmo sem o gado, fonte da sua dignidade enquanto colectividade cultural. Agora esse outro do tempo colonial era também o nós e sabia que o era, pelas lutas que tinha travado, pelo desespero que sofria; anunciava-se a alteração de uma relação de alteridade, porque a partir dali tudo mudaria.

Ruy Duarte Carvalho e a busca do eu, do nós e do outro

Nascido em 1941, em Santarém, Ruy Duarte de Carvalho acompanhou a família em tenra idade na sua ida para Moçamedes, onde fixou residência. Aí ficou até regressar a Portugal como estudante, onde terminou um curso médio tendo regressado a Angola. Ainda em Portugal começou a contactar com pessoas ligadas aos movimentos independentistas, mas é no regresso a Angola que melhor se apercebe da complexidade que a questão assumia. Desempenhou várias funções técnicas, tendo percorrido boa parte do território angolano nas sucessivas colocações que foi tendo e, em simultâneo, desenvolve o seu gosto pela literatura e o contacto com autores angolanos. Vem a doutorar-se em ciências sociais em França e apesar das constantes ausências do país e de ter sido convidado para as universidades de Coimbra e de São Paulo, o seu porto de abrigo continua a ser Angola e os seus pontos de deambulação preferidos ficam ao sul. O livro que escolhemos resulta destas deambulações, tendo como consequência uma narrativa na primeira pessoa que o próprio autor considera auto-reflexiva, porque é parte da sua própria procura e da sua vontade de saber mais sobre os kuvale, de quem ninguém lhe sabia falar. Trata-se, portanto, de uma aventura própria em torno de si e da alteridade ansiada.

Vou lá visitar pastores é uma narrativa na primeira pessoa que resulta na partilha de uma viagem com o leitor, construída a partir do trabalho de campo que o autor realiza entre 1992 e 1997 e de cassetes gravadas servindo como diário e cujo discurso tinha sido registado para deixar a um jornalista que deveria ter acompanhado

esta última viagem que origina o produto final do livro. A relação do autor com os kuvale começa mesmo em 1992 e manteve-se com periodicidade regular. Igualmente Ruy Duarte Carvalho para tornar a narrativa mais acessível recorre aos dados históricos, explicando como os portugueses se fixam em Moçamedes e como se expandem para o sertão. Esta âncora temporal serve para depois ir explicando o desenrolar da história e das instituições locais. Num diálogo constante com o leitor, o autor, coloca-o frente ao sujeito pretendido, como ele próprio indica no seu texto, os kuvale, pastores que o autor nos apresenta como sendo os mucubais do imaginário angolano, o que por si representa uma continuidade relativamente ao tempo colonial. O interessante nesta narrativa é que o seu conteúdo poderia ser perfeitamente convertido no ensaio, mas o autor opta por colocar os conteúdos de ensaio em discurso literário, tornando a sucessão de dados recolhidos ao longo de cinco anos, numa viagem de descoberta do outro e do nós.

Num trabalho precioso da alteridade, começa por nos dizer como o mucubal, ainda hoje assim chamado, é visto pelas outras etnias, num estado independente do qual também é parte. O kuvale é ainda o ladrão de gado, aquele que não quer participar numa economia organizada, o que acha que a terra é toda dele, o que nada teme, o que não gosta de trabalhar, o que também é tributário dessa alteridade que os coloca externamente ao nós e os torna distantes. Sempre marginais ao poder instituído, vêem-se apenas usados nas festividades da província ou do país, como atracção exótica, actuando mediante olhares distanciados e indulgentes, por também eles serem angolanos. Mas Ruy Duarte de Carvalho quer desmontar essa imagem de exterioridade e começa a explicar a necessidade que tiveram de se aproximar das cidades, aquando da segunda guerra civil, e como foram mal interpretados. Volta a recuar no tempo e expõe todo o processo de afastamento de que os kuvale foram alvo, sendo empurrados para territórios, paulatinamente, mais inóspitos, de como lhes tiraram o gado, sua fonte de riqueza e elemento essencial na sua identidade cultural, refere a pressão constante que sofreram durante 100 anos (1840-1940), com todas as guerras, todas as espoliações, com a desarticulação do seu modo de vida e da sua relação com o meio envolvente. Contudo, o autor recupera-os, enquanto símbolo de resistência, de sobrevivência, de adaptação. Insubmissos, nem a retirada do gado os eliminou, apenas os tornou mais vulneráveis.

Para cada ideia em torno do kuvale, Duarte Carvalho explica, contextualiza. Vai mais longe e assume que com o fim do colonialismo não tinham cessado os conflitos nem a perspectiva com a qual era encarado o kuvale, situação ainda fruto da memória colectiva em seu torno. Memória que tinha sido reelaborada mantendo os mesmo

termos, os mesmos símbolos... mas o leitor que acompanhe o relato começa a entender o porquê das coisas, o como se chega até ali, acompanhando, desde o início, um percurso de descoberta que é também o processo de descoberta do próprio autor/narrador que se vê confrontado consigo, com a ânsia de conhecer o outro que, desde sempre, mantivera, fruto, é certo, da sua vivência em Moçamedes e dos relatos escutados sobre os acontecimentos históricos, sobre as batalhas travadas. Contudo, o mais interessante é a forma como desmonta a formação da memória colectiva e como consegue tornar o outro em nós, naquele que sendo parte de uma nação, foi parte do seu percurso, da sua riqueza humana e cultural. O kuvale está integrado no nós, mesmo que tenha uma identidade própria é também ele parte integrante e construtiva naquilo que foi consignado como angolanidade. Curiosamente, o livro é publicado em Portugal e no Brasil, logo fora de território angolano e desse nós, representando o seu leitor mais directo outra alteridade que, no entanto, está mais próxima do leitor urbano angolano do que dos kuvale que ali são apresentados.

CONCLUSÃO

Como anteriormente referimos, a obra de arte, em que se insere o texto literário, se expressa a realidade, também, é construtora dessa realidade, pelas oportunidades de recriação e reinterpretação que proporciona. As três obras que acabámos de analisar são testemunho dessa vontade criadora e também desse reflexo da realidade. Por razões diferentes desconstroem conceitos e propõem outros novos, identificando estas personagens de origem étnica kuvale com novos simbolismos. Assim, dos mucubais passamos aos kuvale, de uma identidade marcada apenas pela exterioridade passamos à procura de marcas auto-identitárias e da explicação de determinados percursos. A mudança de denominação é acompanhada da transformação político-social que se opera na geografia angolana e de aproximar o outro. Contudo, o kuvale enquanto elemento exterior à vivência urbana continua a ser factual, se em teoria faz parte de uma construção nacional, na verdade, permanece a sua classificação como outro, se bem que já alguns dos seus membros colaborem com o Estado moderno e até já haja kuvales a viver na cidade.

Contudo, o mais interessante é vermos como os autores aproveitam o silêncio dos kuvale para os desvendar perante os leitores e contarem a sua palavra de forma

indirecta, tendo o discurso literário colmatado uma falha nos discursos histórico, político e até etnográfico. Não sendo os heróis da historiografia oficial, pois no tempo colonial opuseram-se à expansão territorial portuguesa, na luta pela independência não integraram em massa os movimentos de libertação e no pós-independência o seu desejo foi continuar a viver segundo a sua cultura, não poderiam ser comemorados ou memorizados colectivamente, daí que no imaginário angolano ainda sejam em muitos casos o prolongamento dos mucubais do tempo colonial. É neste sentido que estes textos desempenham o papel deixado por essa brecha da memória, pois sendo parte de Angola ainda não foram apresentados como tal. Os autores, usando cada um deles uma perspectiva diferenciada, constroem um simbolismo em torno dos kuvale com pontos convergentes, como o reconhecimento de que são pastores, de que teriam um modo de vida próprio e uma relação com o meio envolvente muito forte, e com pontos divergentes, consoante os objectivos de cada um. Para Augusto Bastos o outro (mucubale) deveria ser atraído até nós, para Pepetela o outro (cuvale) era agora, na independência, parte do nós, para Ruy Duarte de Carvalho o outro tinha afinal estado sempre em nós e na nossa relação com o território, mesmo que não o soubéssemos.

A literatura é, pois, o meio de passar mais do que um conhecimento, tentar entrosar este novo saber na própria experiência de vida do leitor para que este entenda que aquele outro nunca foi completamente exterior ao nós, porque partilhou características humanas, um espaço geográfico e a sua construção enquanto território político. Aquele outro está no nós, embora, por vezes, tal não seja entendido. De modos diferentes, fruto de épocas distintas, propõem-se conteúdos diversos, mas tudo se relaciona, indubitavelmente, com intenções políticas e sociais muito diversas. Em Augusto Bastos encontramos o objectivo do progresso e da construção de uma sociedade integrativa, onde também os kuvale deveriam participar, reconhecendo-se os seus saberes, a sua solidariedade, enfim, a sua humanidade, para que paulatinamente a sociedade colonial passasse a regional, com consciência de uma identidade singular; em Pepetela deparamo-nos com a finalidade da construção de uma unidade nacional, pois as dicotomias teriam terminado no dia em que os que ficaram eram todos pertença daquela mesma terra, em que todos os que tinham sido oprimidos poderiam estar juntos e livres; em Ruy Duarte Carvalho descobrimos que os sonhos e as utopias não determinam o fim de ideias pré-concebidas nem conseguem que o desconhecido e exótico seja apenas por nascimento e pertença o nós, desmistificando a passagem de pré ao pós independência.

Deste modo, não será leviano dizer-se que estamos perante três construções simbólicas, condicionadas por três percursos diversos: Augusto Bastos inaugurando

um proto nacionalismo, assente no reconhecimento da especificidade daquela sociedade, Pepetela buscando a construção de uma nacionalidade, Ruy Duarte Carvalho reflectindo essa construção nacional e demonstrando como ainda subsistiam antigos fantasmas que era necessário equacionar. Portanto, recorrendo a uma mesma etnia e a uma realidade etnográfica semelhante, foram construídos três olhares antropológico-literários singulares que tiveram o mérito de funcionar como guardiões da história e da memória de um povo, quase apagado da historiografia oficial, tanto no período colonial como no pós-colonial.

BIBLIOGRAFIA

Activa

- Bastos, Augusto, *O Caçador de Leões*, A Vida nas selvas, colecção romântico-histórica, Benguela, Tipografia do Jornal de Benguela, 1919, fascículo I
- Bastos, Augusto, *Debaixo de um Búfalo*, A Vida nas selvas, colecção romântico-histórica, Benguela, Tipografia do Jornal de Benguela, 1919, fascículo II
- Carvalho, Ruy Duarte de, *Vou lá visitar pastores exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997)*, Lisboa, Cotovia, 2000, 2.ª Edição
- Pepetela, *Yaka*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1988, 1.ª edição
- Passiva
- Dudgard, Martin, *À descoberta de África, as viagens épicas de Stanley & Livingstone*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2007
- Henriques, Isabel Castro, *Território e Identidade. A construção da Angola Colonial (c. 1872-c. 1926)*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004
- Jauss, Hans Robert, *A Literatura como Provocação (História da Literatura como provocação literária)*, Vega, Lisboa, 2003, 2.ª Edição
- João, Maria Isabel, *Memória e Império, Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002
- Lótman, Iúri, Uspenskii, Boris, Ivanóv, V., *Ensaios de Semiótica Soviética*, Livros Horizonte Lda., Lisboa, 1981
- Pageard, Robert, *Littérature negro-africaine*, Paris, Le Livre Africain, 1966
- Said, Edward, *Orientalismo*, Lisboa, Livros Cotovia, 2004, 2.ª Edição
- Soares, Francisco, *Notícia da Literatura Angolana*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001
- Soares, Francisco, *Teoria da Literatura, Criatividade e Estrutura*, Editorial Kilombelombe, Luanda, 2007
- Soares, Francisco, "Literatura e Política: três abordagens", *Africana Studia*, n.º 4. Porto: Universidade do Porto-CEAUP, 2001 (pp. 99-110)
- Soares, Francisco, *Notícia da Literatura Angolana*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001
- Zylko, Boguslaw, "I. M. Lotman y algunas cuestiones acerca dele discurso histórico", *Entretextos Revista Electrónica semestral de Estudios de Semiotica de la Cultura*, Granada, n.º 9, Mayo 2007, www.ugr.es/local/mcaceres/entretextos.htm